



# **Operação Escudo (2023) e Operação Verão (2024): uma análise étnico-racial e comportamental da violência e do uso da força em operações policiais no Estado de São Paulo após a instalação das câmeras corporais.**

**Palavras-Chave:** Violência Policial, Operação Escudo, Operação Verão, Racismo policial, Câmeras Corporais

**Autores(as):**

Isabel Borges da Silva, FCA, UNICAMP

Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>(a)</sup>. Rodrigo Ribeiro de Sousa, FCA, UNICAMP

## **INTRODUÇÃO**

A Operação Escudo começou em julho de 2023, foi finalizada temporariamente em setembro do mesmo ano e retomada como Operação Verão, no início de 2024. Inicialmente, a primeira etapa foi desencadeada após o soldado Patrick Bastos Reis ser morto em patrulhamento em Guarujá, na Baixada Santista, com o objetivo de prender os criminosos responsáveis pelo fato. Ambas as operações tomaram proporções maiores, iniciando um combate à criminalidade ampliado para a garantia da segurança da população. Porém, durante essas buscas, foram mortas 28 pessoas pela Polícia Militar, em 2023, e, segundo a Ouvidoria da Polícia de São Paulo, 82% das vítimas eram negras.

A ouvidoria também citou irregularidades em algumas ações da polícia, como por exemplo a manipulação das COPs, durante as mortes apresentadas. Esses episódios abrem debate para a necessidade do monitoramento não apenas das atividades policiais nas comunidades ou locais de denúncia, mas também de como as imagens são publicadas e fiscalizadas pela Segurança Pública.

As Câmeras Operacionais Portáteis (COP) são dispositivos implantados nos uniformes dos Policiais Militares do Estado de São Paulo (PMESP) a fim de monitorar todo o turno dos agentes. Em 2021, o programa “Olho Vivo” introduziu esse mecanismo de monitoramento à PMESP, visando diminuir o uso da força e ações de violência policial no Estado, aprimorar a coleta de provas em ocorrências e transmitir uma maior confiança na relação entre cidadão e policial.

A utilização desse sistema contribuiu consideravelmente para a diminuição do uso da força desde o pré-tratamento do projeto na região Metropolitana de São Paulo: 104 mortes por interferência policial foram evitadas nos primeiros 14 meses da introdução das COPs, o que representa uma redução de 57% na média do número de vítimas fatais (FGV- 2022). Ainda assim, a aplicação deste regime tem sido repudiada pelos próprios policiais.

Para eles, o sistema tem uma série de brechas que facilitam as fraudes — entre elas, a ausência de uma controladoria independente. Dessa forma, as câmeras corporais perdem a função preventiva de inibir ações violentas, tanto de policiais militares como contra eles. "No começo, as câmeras e a utilização de armas não letais repeliram a letalidade policial. Mas agora eles [os policiais] perceberam que podem ficar impunes, propiciando abusos de autoridade", afirma o soldado Bruno Rodrigues Dias, 38. (apud Adorno, L, 2023).

A facilidade em fraudar as imagens e provas obtidas pelas gravações das câmeras, juntamente com a ausência de fiscalização da publicação dessas imagens, cria um ambiente propício para o abuso de poder e uso de violência sem maiores punições. Isso foi refletido na Operação Escudo e Verão e discutido ao longo desta pesquisa, conjuntamente com a seletividade racial das vítimas destas operações.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente, a metodologia desta pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica e análise de dados secundários, em especial os coletados pelos órgão do governo do Estado de São Paulo, durante a atuação dos policiais nas Operações Escudo (2023) e Verão (2024). Entretanto, os dados retirados no Portal da Transparência da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) mostraram-se insuficientes.

Ao analisar esses registros da SSP-SP, encontrados em uma planilha com dados sobre mortes por violência policial de 2013 a 2024 — período que antecede e encerra as operações —, constatou-se que os números eram imprecisos, pois algumas informações, como a de raça, estavam classificadas como “NULL” e “Ignorado”. É importante ressaltar que durante essa coleta, percebeu-se mais algumas inconsistências, apurando o fato de que ao publicar esses tipos de dados, as mortes podem ser classificadas em outras categorias, como de legítima defesa. Portanto, evidenciou-se uma dificuldade em encontrar dados brutos correspondentes às mortes por intervenção policial na Baixada Santista.

Paralelamente ao avanço dos estudos desta pesquisa, algumas organizações independentes com atuação na segurança pública, como o Instituto Sou da Paz e o Observatório de Segurança Pública, publicaram artigos, relatórios, notícias e análises das operações. Portanto, optou-se pela utilização desses materiais para o aprofundamento dos casos, relacionando os números de mortes em decorrência de ação policial com o racismo estrutural e a manipulação de imagens das Câmeras Portáteis (COPs) para a obstrução de provas. Porém, isso dificultou uma análise aprofundada acerca da região da Baixada Santista.

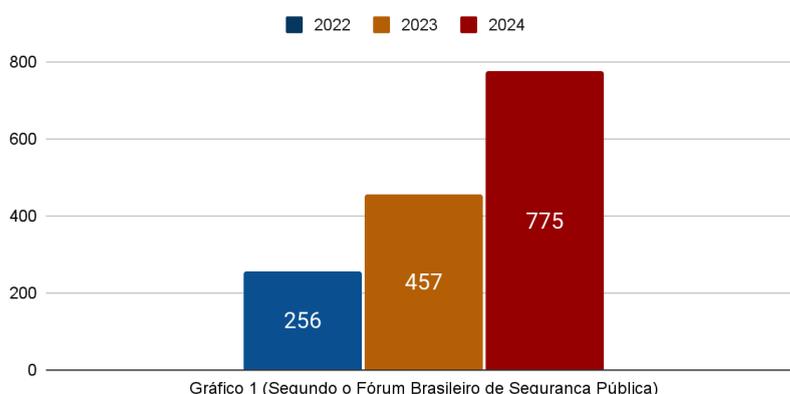
## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em 2022, 62 dos 135 batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo estavam integrados ao Programa Olho Vivo e, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresentaram uma redução significativa nas mortes por intervenção policial. Enquanto os batalhões fora do programa registraram uma queda de 33,3% nesses casos, os que faziam parte da iniciativa alcançaram uma redução de 76,2%. Entretanto, o uso das câmeras corporais não foi suficiente para impedir brutalidades em massa como os casos da Operação Escudo/Verão.

Embora grande parte dos policiais militares de São Paulo utilizem as câmeras corporais, alguns procedimentos são facilmente manipuláveis (ADORNO, 2023). A responsabilidade de iniciar, interromper e inserir as gravações no sistema recai sobre os próprios policiais, o que escancara fragilidades no controle e fiscalização do uso das câmeras, permitindo desde registros com ausência de áudio e imagens obstruídas até a edição ou exclusão intencional de conteúdos, que são excluídos depois de 90 dias após a publicação. A propensão à ocorrência de manipulações como estas se intensifica devido à ausência de um controle rigoroso das imagens, bem como pela falta de encaminhamento das denúncias, que, nos últimos meses, não têm sido devidamente apuradas nas Operações Escudo e Verão.

Classificada por pesquisadores como a mais letal da história do estado de São Paulo desde Carandiru, essa operação é resultado de um incentivo institucional no uso da força e na desburocratização dos processos de segurança pública. A continuidade e extensão de ambas operações é de responsabilidade do atual governador Tarcísio de Freitas e de seu Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, ex-policial da Rota foi convidado a se retirar da corporação em razão da elevada letalidade de suas ações, conforme revelado em reportagem da revista Piauí. No gráfico 1, observa-se a variação significativa entre os números de mortes por intervenção policial militar durante seu mandato.

### Mortes decorrentes de intervenções policiais militares em São Paulo (em serviço e fora de serviço)



Segundo a Ouvidoria do Estado de São Paulo e a entidade Movimento Negro Unificado (MNU), o número de denúncias de abuso policial e casos de mortes de inocentes é alarmante, legitimando o aumento da letalidade policial. Ao longo do relatório final desta pesquisa, diversas entidades e organizações defensoras dos direitos humanos denunciaram e cobraram medidas de segurança para pôr fim a essas operações, que, com o passar do tempo, deixaram de cumprir seu propósito inicial de combate à criminalidade, diante do número excessivo de mortes, incluindo pessoas inocentes.

Em um país que possui mais tempo de escravidão racial do que de democracia e liberdade negra, aumento da letalidade e do uso da força em um estado, afeta majoritariamente essa parcela da população. Entre 2019 e 2022 o perfil das vítimas da letalidade policial no Brasil eram de jovens negros, periféricos e pobres, que pode ser justificado pelo contextos estrutural e histórico do país com o racismo institucional. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). São 338 anos de escravidão legalizada, sucedidas por mais anos de violência e letalidade institucional. Ainda que 40% da população do Estado de São Paulo seja composta por pessoas negras (auto declaradas como pretas ou pardas), 87% das pessoas mortas na Operação Escudo, eram negras. Diante disso, a pesquisa teve como um de seus objetivos discorrer à respeito dessa seletividade penal e de uso desproporcional da força contra essa parcela da população.

## CONCLUSÕES

A dificuldade em acessar os dados referente à região da baixada santista e o grande número de classificações nulas e ignoradas no recorte da pesquisa compromete o controle social ao isentar esses indicadores alarmantes e legitima a brutalidade dessas operações. Percebeu-se que eles também são insuficientes para um estudo de caso e prestação de contas para a sociedade, visto que a Polícia Militar tem como objetivo prestar serviços de uma maneira transparente e fiel à Constituição, e justificar suas ações para a população e a quem solicitar dados e documentos.

É importante destacar, neste resumo, que ainda aguardamos respostas do Ministério da Justiça e Segurança Pública quanto ao fornecimento de dados e documentos relacionados a denúncias não respondidas e casos arquivados. Tais informações devem ser devidamente apuradas, uma vez que o objetivo das operações em questão não deveria ser a letalidade antes da abordagem.

Diante desse cenário de massacre e desordem na segurança pública do Estado de São Paulo, conclui-se também que a atual Secretaria de Segurança Pública, sob o governo de Tarcísio de Freitas, demonstra negligência na prestação de contas sobre o aumento desproporcional de mortes por intervenção policial durante as operações. Isso se evidencia pela priorização do discurso centrado no número de prisões e apreensões realizadas, além da justificativa de que as câmeras corporais dificultariam a atuação dos agentes.

Por fim, evidencia-se a relevância do uso de câmeras corporais nas abordagens policiais, especialmente diante dos resultados positivos do Programa Olho Vivo e das análises apresentadas ao longo desta pesquisa. Apesar de a manipulação de imagens e gravações ter contribuído para o abuso de força e autoridade por parte dos policiais durante as operações, esse cenário foi ainda mais grave no caso de pessoas negras. Ressalta-se que outras conclusões e aprofundamentos serão detalhados no relatório final.

---

## BIBLIOGRAFIA

BOEHM, Camila. **Ouvidor classifica violência na Baixada Santista como massacre**. Agência Brasil. 07 de abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/ouvidor-classifica-como-massacre-violencia-na-baixada-santista>

MENDONÇA, Jeniffer. **Tarcísio não reconduz Claudio Silva e nomeia terceiro da lista para Ouvidoria das Polícias**. 18 dez. 2024, Ponte. Disponível em: <https://ponte.org/tarcisio-nao-reconduz-claudio-silva-e-nomeia-terceiro-da-lista-para-ouvidoria-das-policias/>

CERQUEIRA, Homero de George. **A disciplina militar em sala de aula: a relação pedagógica em uma instituição formadora de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ADORNO, L. **Como os PMs de São Paulo manipulam o sistema de câmeras corporais**. UOL, São Paulo, dezembro de 2023. Disponível em:

<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/12/20/como-pms-de-sao-paulo-manipulam-o-sistema-de-cameras-corporais.htm>

FILHO, H; **Ouvidoria: 82% dos mortos pela PM na Operação Escudo, em 2023, eram negros.** UOL, São Paulo, meio de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/06/operacao-escudo-pm-sao-paulo-morte-pessoas-negras-ouvidoria.htm>

ADORNO, Sérgio. **Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo.** 1995, Anais.. Caxambu: Anpocs, 1995. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Adorno\\_S\\_904575\\_DiscriminacaoRacial.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Adorno_S_904575_DiscriminacaoRacial.pdf).

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2025.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19, 2025. ISSN 1983-7364.